

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) é mais uma a entender como perigosa a atual efervescência política nacional. A Andifes demonstra preocupação, sobretudo, com o Poder Judiciário, que vem "ignorando o princípio da presunção de inocência", com "argumentos pseudo-jurídicos utilizados para encobrir interesses político-partidários" e "a divulgação seletiva de elementos processuais antes da conclusão dos processos".

[Em nota](#) , a Andifes, [assim como a Compós](#) , vê risco de retrocessos sociais com o agravamento da crise política e econômica que assola o País. Frente a esse quadro, a associação ressalta o comprometimento das universidades com o "fortalecimento das instituições públicas em defesa da democracia, da justiça social e da paz".

O texto na íntegra pode ser lido abaixo.

**NOTA PÚBLICA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES**

O Conselho Pleno da ANDIFES, reunido no dia 17 de março de 2016, manifesta preocupação com o agravamento da crise política e econômica no país e suas ameaças à ordem constitucional e aos direitos civis, políticos e sociais do povo brasileiro.

Os reitores e as reitoras das Universidades Federais repudiam argumentos pseudo-jurídicos utilizados para encobrir interesses político-partidários, com a divulgação seletiva de elementos processuais antes da conclusão dos processos, ignorando o princípio da presunção de inocência. Igualmente, reprovam o uso de interpretações políticas parciais em substituição aos preceitos constitucionais que, necessariamente, devem fundamentar qualquer processo de impedimento de mandato legitimamente conquistado.

As universidades, pautadas pelo rigor científico, a criatividade acadêmica, a liberdade de pensamento e a pluralidade de ideias, estão comprometidas com o fortalecimento das instituições públicas em defesa da democracia, da justiça social e da paz.

A ANDIFES expressa sua expectativa de rigorosa apuração de todas as denúncias de corrupção e defende, intransigentemente, os princípios republicanos presentes na Constituição Federal.

Brasília, 17 de março de 2016.